

# Abreu rechaça tese do “calote”

**José Coury Neto**

**A** hipótese de um “calote” na dívida interna, a exemplo do que foi feito pelo Governo argentino, vem preocupando a área econômica, que a princípio afasta totalmente esta tese. Segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, esta preocupação do Governo brasileiro se dá em função das semelhanças entre os dois países e das experiências já colocadas em prática. “Minha esperança é de que o novo governo organize-se para preservar a dívida pública, como prometeu em campanha. Com uma postura claramente contrária ao calote, o Brasil ficará imunizado com relação ao que ocorre no momento na Argentina”, acrescentou.

Abreu ressaltou que o calote na dívida interna seria uma posição das mais arriscadas para o novo governo, já que se levou mais de 50 anos para a recuperação da credibilidade deste mecanismo de colocação de títulos no mercado, reimplantado no Governo Médici. Ele acredita que o governo Collor só conseguirá êxito em suas propostas econômicas a partir de uma articulação com o Congresso Nacional. “A falta de um bloco de sustentação no Congresso foi um ponto que

deixou a desejar no atual Governo, principalmente no que diz respeito às questões econômicas”, disse.

O ministro lembrou que o Executivo tentou por diversas vezes amenizar o déficit público — um dos pontos que mais pressiona a inflação — sugerindo ao Congresso, medidas como a operação desmonte; demissões de funcionários públicos; aposentadoria voluntária; privatização de estatais e várias outras voltadas para a estabilização econômica. Nenhuma delas, entretanto, foi aceita pelos parlamentares, que acabaram por aprovar aumentos de gastos por parte do Governo.

Ele é de opinião que o próximo Governo terá dificuldades para operacionar medidas do gênero — como está sendo feito na Argentina — por questões puramente jurídicas. A aposentadoria voluntária, por exemplo, teria que ser aprovada por lei complementar, com um ganho mínimo para o Governo.

## Emissões

Mesmo temendo um calote da dívida pelo novo presidente, o governo promoverá este mês uma emissão recorde de títulos públicos, num total de NCz\$ 336 bilhões, contra os NCz\$ 86 bilhões de dezembro. A explicação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) pa-

ra este volume de emissões, o qual elevará substancialmente o montante da dívida interna mobiliária (em títulos), é que o mês de janeiro é marcado por um elevado número de vencimentos do governo. Além destes vencimentos será acrescido às emissões um total de NCz\$ 35 bilhões, referentes a uma parcela da dívida vencida em dezembro.

As emissões de títulos públicos serão feitas através de cinco leilões primários do Banco Central. O primeiro deles foi realizado na semana que passou, com uma colocação de um total de NCz\$ 53 bilhões, dos quais NCz\$ 28 bilhões ficaram no mercado e o restante na carteira de títulos do BC. No próximo dia 9 serão colocados NCz\$ 44 bilhões; no dia 16, NCz\$ 104 bilhões; no dia 23, NCz\$ 50 bilhões; no dia 30, NCz\$ 85 bilhões.

A dívida pública mobiliária federal vem sendo gradativamente substituída pela emissão de cruzados novos, desde o final de agosto do ano passado. O processo de monetização da dívida pode ser claramente observado pelo aumento proporcional do volume de títulos que tem encontrado abrigo na carteira de títulos do Banco Central, se comparado com a evolução do estoque de papéis em poder do público.

Elson Soares 24.08.89



Abreu espera que o novo governo preserve a dívida pública